

Estado tenta recuperar dívidas ao fisco

## DGCI penhora bens e salários de funcionários

A administração fiscal, com destaque para a ilha do Sal, está a proceder à penhora de vencimentos e bens de funcionários públicos e de empresas com IUR em dívida. Os montantes por regularizar por vários contribuintes ultrapassam os 200 mil contos, na Praia, e chegam a quase 100 mil contos, em São Vicente. Entretanto, Joaquim Furtado, o chefe das Finanças na Praia, foi demitido. O director-geral de Contribuições e Impostos, Emanuel Moreira, justifica esta mudança e outras a serem feitas brevemente noutros serviços concelhios das Finanças com a dinâmica que quer imprimir à cobrança de impostos e à luta contra a fuga ao fisco em todo Cabo Verde.



O Estado, através da administração fiscal, está a fazer a cobrança coerciva das dívidas junto de vários contribuintes, devendo, nos próximos dias, desencadear uma auditoria (ver caixa) aos profissionais liberais que falsificam resultados de contas de gerência ou fogem ao fisco.

Esta acção é mais visível na ilha do Sal, onde a Repartição das Finanças está com dois grupos de trabalho a citar vencimentos e bens de funcionários públicos e de empresas com método declarativo do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) em atraso. As dívidas por cobrar nessa ilha ultrapassam os 60 mil contos e os cerca de 200 visados pertencem às grandes e pequenas empresas público-privadas, repartições e institutos públicos e Câmara Municipal. Neste último destacam-se, além de trabalhadores, eleitos e responsáveis camarários, que exercem altas funções, em situação irregular.

Em São Vicente, segundo fontes da DGCI quase não se sente a acção da RF em cobrar as dívidas do IUR, que rondam os 100 mil contos. A situação põe-se, contudo, com mais acuidade na Praia, onde as mais de mil empresas e os 13 mil funcionários públicos que aí laboram têm mais de 200

mil contos de IUR por liquidar. Entretanto, o chefe da Repartição de Finanças da Praia, Joaquim Furtado, foi, na semana passada, demitido e substituído no cargo por António Pedro Silva. Segundo as nossas fontes, Furtado foi, durante o seu consulado, mais duro para com os pequenos contribuintes, nomeadamente os informais, que viram o seu imposto a subir de 18 mil para 40.000\$00, e “benevolente em relação às grandes e médias empresas”, que são as principais responsáveis pelas dívidas referidas. Furtado ter-se-á ainda, conforme alguns técnicos, incompatibilizado com o director-geral das Contribuições e Impostos, chegando mesmo a despachar directamente com o ministro das Finanças cessante, João Serra.

Inspector tributário de carreira, Joaquim Furtado desmente ter entrado em conflito com Emanuel Moreira, pessoa com quem, afirma, tem tido boas relações, desde quando frequentavam juntos o ensino primário e secundário. Refuta, ainda, ter despachado directamente com o anterior titular da pasta das Finanças e avança que a sua demissão se deve, segundo a fundamentação do DGCI, à necessidade de dinamizar o funcionamento da Repartição

das Finanças da Praia, cujo desempenho tem estado, na perspectiva de Moreira, aquém do esperado.

Sobre a medida que aumentou de 18 para 40.000\$00 o imposto para o comércio informal, Joaquim Furtado esclarece que vinha atendendo às reclamações interpostas contra a administração fiscal nesse sentido e salienta que esta não pode cobrar onde não é possível fazê-lo. “Trabalhámos, também, no sentido de as grandes empresas regularizarem as suas dívidas, através do cumprimento de todas as obrigações fiscais acessórias. Não aceitámos de ânimo leve os relatórios de contas de gerência de empresas com resultados líquidos negativos”, exemplifica Furtado, para quem o período de 16 meses que esteve à frente dos serviços das Finanças da capital foi insuficiente para que ele implementasse a sua estratégia de gestão.

Abordado por este jornal, o director-geral das Contribuições e Impostos reconhece que na Praia existem contribuintes que estão fora do sistema, os quais devem ser enquadrados. “A Praia é uma área fiscal com algumas dificuldades em termos de definição do domicílio fiscal dos con-

tribuintes, de organização de cadastro na DGCI e de cobrança de impostos”, analisa Emanuel Moreira, salientando que a tutela espera uma performance maior, em termos de desempenho da RF da Praia.

Referindo-se ao caso da demissão de Furtado, Moreira justifica-a como “um mero acto operacional”, que visa introduzir uma maior dinâmica na repartição da capital, uma operação para atingir os objectivos fixados pela DGCI, em termos de cobrança de receitas para sustentar o funcionamento do Estado de Cabo Verde nos anos de 2006 e 2007. “Não houve desentendimento entre nós, mas poderemos não ter a mesma visão e perspectiva em termos do ritmo de trabalho que se quer imprimir na área fiscal da Praia, o que é normal”, garante o responsável da DGCI.

Este anuncia, por outro lado, que vai proceder brevemente a mudanças na chefia dos outros serviços das Finanças do país. Tudo na perspectiva de os dinamizar, combater a evasão e fuga fiscais em todo o território nacional e recuperar as dívidas dos contribuintes, que são, segundo ele, maiores do que os montantes acima referidos.

Alírio Dias de Pina

## Auditoria externa aos liberais

A Direcção-Geral de Contribuições e Impostos vai apertar o cerco não só aos profissionais liberais em situação irregular perante o fisco como também junto daqueles que falsificam os seus resultados de conta de gerência. O processo da constituição das equipas de auditoria encontra-se já numa fase avançada, pelo que a operação deve arrancar dentro em breve.

Conforme as nossas fontes, cada grupo de trabalho será dirigido por um dos mais de 40 inspectores tributários existentes no país. Esta auditoria externa aos serviços dos profissionais liberais começará dentro de dias em S. Vicente, Praia e Sal e abrangerá principalmente os consultórios médicos, gabinetes de consultoria jurídica e económica e técnicos de contas.

“É que há a necessidade urgente de se realizar uma fiscalização mais séria e rigorosa das contas de gerência desses serviços, já que a maioria deles conhece diariamente uma movimentação considerável de pessoas, mas vêm apresentando resultados negativos de gestão”, adverte um técnico bem posicionado da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos.

# PUB

**A desistência de António Mascarenhas Monteiro de ir para Timor-Leste, devido às “reservas” que o seu nome mereceu junto da Austrália, é demonstrativo do peso e papel que essa potência vem exercendo no país de Xanana Gusmão. É Camberra que hoje assegura a ordem pública em Díli e suporta a maior parte dos custos da missão da ONU no país maubere. Portanto, analisado o perfil de Mascarenhas Monteiro, as autoridades australianas sabiam de antemão que dificilmente iriam encontrar no ex-chefe de Estado cabo-verdiano uma marionete. Daí as suas “reservas”.**



## O factor australiano

O ex-presidente António Mascarenhas Monteiro anunciou na segunda-feira, 25, que desistiu de ir para Timor-Leste, como representante especial do secretário-geral e chefe de missão da ONU em Timor (UNIMIT), cujo mandato acaba de ser prorrogado por mais seis meses. Como o próprio Mascarenhas Monteiro explicou durante a conferência de imprensa que concedeu, a sua recusa ficou a dever-se às «reservas» que o seu nome acabou por suscitar junto de uma das partes envolvidas no conflito timorense.

Sem contudo mencionar de onde partiam essas reservas, facilmente se deduz, pelos dados apresentados, que as mesmas são da Austrália. Pois, questionado se tais “reservas” eram “internas” ou “externas”, o antigo chefe de Estado cabo-verdiano respondeu, de pronto, que eram “externas” e desafiou os jornalistas a fazerem as suas investigações. Foi o que **A Semana** decidiu fazer.

Tida como potência na sua zona regional, na qual se situa Timor-Leste, a Austrália exerce, de há muito, uma grande influência nas questões timorenses. A invasão e a ocupação indonésia do território em 1975 só foram possíveis graças ao beneplácito dos EUA e da Austrália. Além do temor de se instalar na ex-colónia portuguesa um regime comunista, risco que a Fretilin representava na altura, havia e há hoje, mais do que nunca, o factor petróleo, um produto que lá onde existe costuma atizar de imediato todos os apetites.

Aliás, mesmo independente há cinco anos Timor-Leste teve de assistir ao papel nada desprezível que Camberra exerceu na demissão de Mari Alkatiri das funções de primeiro-ministro. Tido como um homem formado na “*escola moçambicana*”

(Alkatiri viveu exilado em Moçambique), ainda por cima um muçulmano num país dominado pela Igreja Católica, o ex-chefe do governo timorense revelou-se, durante a sua gestão, um osso duro de roer, batendo-se firmemente nas negociações com a Austrália pela definição dos limites da Zona Económica Exclusiva de Timor-Leste, com vista à exploração das jazidas de petróleo e gás existentes nos mares de Timor e Austrália.

A desforra de Camberra acabou por surgir meses atrás aquando do braço-de-ferro que opôs Xanana e Ramos Horta, de um lado, a Alkatiri e Fretilin, do outro. Afastado o primeiro-ministro na sequência dos tumultos ocorridos então em Timor, a Austrália acabou por mandar, sob os auspícios da ONU, um importante contingente militar ao território para restabelecer a ordem pública. Outro país que também enviou forças paramilitares (GNR) é Portugal, cujo comando logo esbarrou na alegada arrogância australiana.

Com as suas forças armadas e de polícia reduzidas actualmente a nada, pois estão acantonadas, sem qualquer credibilidade junto da população, é a Austrália e Portugal que têm assegurado a ordem em Timor-Leste. Da leitura dos jornais australianos a sensação com que se fica é que Camberra está ciente de que Timor-Leste está condenado a ser um Estado falhado. Com poucos quadros, que se mostram politicamente divididos, uma população pobre, constituída maioritariamente por jovens com tendências à “*lumpenização*”, é neste barril de pólvora que Mascarenhas Monteiro se iria meter. Por um lado, teria de lidar com os timorenses e as suas quezílias, e por outro com os apetites hegemónicos da Austrália.

Ainda por cima, segundo apreciação de

uma fonte diplomática cabo-verdiana, Kofi Annan terá falhado no trabalho de casa. Isto é, antes de acertar com Mascarenhas Monteiro, deveria pôr-se em acordo com a Austrália, mostrando-lhe a utilidade que o ex-chefe de Estado cabo-verdiano poderia ter na estabilização e apaziguamento de Timor-Leste. Ademais, sendo o país que suporta financeiramente a maior parte dos custos da UNIMIT e com forças militares no terreno, dificilmente Camberra iria aceitar que os seus efectivos fossem submetidos à autoridade política de um “*lusófono*”, ainda para mais de um país desconhecido e pequeno como Cabo Verde, muito ligado a Portugal. A não ser, é claro, que o escolhido de Annan desse, à partida, garantias de que iria ser uma marionete dos interesses australianos.

### BALDE DE ÁGUA FRIA

Não sendo essa marionete, a Mascarenhas Monteiro, diante das “reservas” surgidas, não restava outra atitude senão declinar o convite. Conforme explicou, as funções de representante do secretário-geral e chefe de missão da ONU em Timor “*são muito amplas, e só podem ser exercidas quando haja boa-vontade de todos os interlocutores*”. Ou seja, “*não havendo essa boa-vontade, havendo já um clima de desconfiança*” em relação à sua pessoa, MM preferiu tirar o corpo fora.

A recusa de Mascarenhas Monteiro não deixa, todavia, de ser um decepcionante balde de água fria atirado à opinião pública cabo-verdiana e à sua classe política, em especial o governo, para além da ONU e do próprio povo timorense, que é quem mais sai a perder com isto tudo (isso disse-o o actual primeiro-ministro Ramos Horta). Sabendo ou pressentindo o que se estava a

passar, José Maria Neves tratou na semana passada de mostrar, a quem interessava, que MM em Timor-Leste contava com o apoio de Estado de Cabo Verde ao mais alto nível, ao “*regoziar-se*” com a escolha feita por Annan.

Aliás, nos corredores da diplomacia cabo-verdiana e até mesmo do Palácio da Várzea, a missão de Mascarenhas Monteiro em Timor estava a ser encarada como um grande desafio para Cabo Verde, pela visibilidade que a mesma poderia conferir ao país. **A Semana** conseguiu saber que era intenção do governo assegurar ao antigo chefe de Estado uma “*equipa de assessores*”, formada por diplomatas e outros quadros, para o ajudarem na missão em Díli. Isto tudo foi, naturalmente, por água abaixo.

Dando ele próprio por encerrada a sua “*missão*” em Timor-Leste, Mascarenhas Monteiro salienta que não estava “*à procura de trabalho*”, e como entrou “*pela porta grande*”, saiu “*por uma porta ainda muito maior*”. Para ele, a sua atitude ficou a dever-se a uma questão de honra e dignidade pessoais, bem como ao respeito que ele, pessoalmente, deve ao povo cabo-verdiano.

Com essa justificação MM procura refutar a ideia de que pretendia “*unanimidade*” em torno do seu nome, coisa que numa situação do género dificilmente acontece nos dias de hoje, mormente num conflito como o timorense. Resta, ainda assim, a ideia de recuo à primeira grande dificuldade ou que, sendo um não-político, como sempre se auto-definiu, não estava disposto a entrar nos jogos políticos e diplomáticos que uma missão do género implica. Sendo assim, realmente, não lhe restava outra saída senão cair fora.

JVL

Rosa Rocha sobre a demissão da DGASP

## “Não há razão que justifique a saída de Ângela Moreno”

A directora-geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária pediu, verbalmente, a sua demissão do cargo, alegando incompatibilidades com a secretária de Estado da Agricultura, Rosa Fortes. Abordada por **A Semana**, a governante diz que ainda não recebeu nenhum pedido formal de Ângela Moreno nesse sentido, mas, caso aconteça, considera-o um acto normal de gestão na administração pública.

A intenção da directora-geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária de se demitir do cargo foi manifestada verbalmente à tutela no início desta semana, mas a ministra do Ambiente e Agricultura, Madalena Neves, não aceitou tal pedido e pediu calma a Ângela Moreno. Esta terá, segundo as nossas fontes, alegado incompatibilidades

com a secretária de Estado da Agricultura. Rosa Fortes é criticada por, alegadamente, estar a interferir nas competências da DGASP e dirigir o sector com mãos-de-ferro.

A SEA diz existir muita desinformação sobre o caso e esclarece que Ângela Moreno, que foi colocada recentemente à frente da Direcção-Geral de Agricultura e Silvicultura, sob sua proposta, nem sequer formalizou ainda o seu pedido de demissão. “*Mas se isso vier a acontecer, considero tratar-se de um acto normal de gestão na administração pública*”, diz a governante.

Rocha também diz desconhecer as situações anómalas alegadas por Ângela Moreno para deixar o seu cargo na DGASP. “*Não existem situações anómalas que justifiquem a*

*demissão da directora-geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária. Espero que ela continue no cargo, para que possamos, juntas, trabalhar no sentido de materializar as políticas do sector, definidas pelo governo no plano estratégico para a agricultura, que foi aprovado no ano passado*”.

A secretária de Estado da Agricultura deixa entender que não cederá a chantagens de quem quer que seja e adverte que está determinada a imprimir uma maior dinâmica aos serviços dela dependentes. “*Vamos continuar a trabalhar no sentido de dar o nosso contributo para que os serviços da Agricultura, Silvicultura e Pecuária respondam, de forma mais eficiente, aos desafios do sector*”, perspectiva Rosa Fortes.

ADP



PUB

## MCA e comunidades na agenda

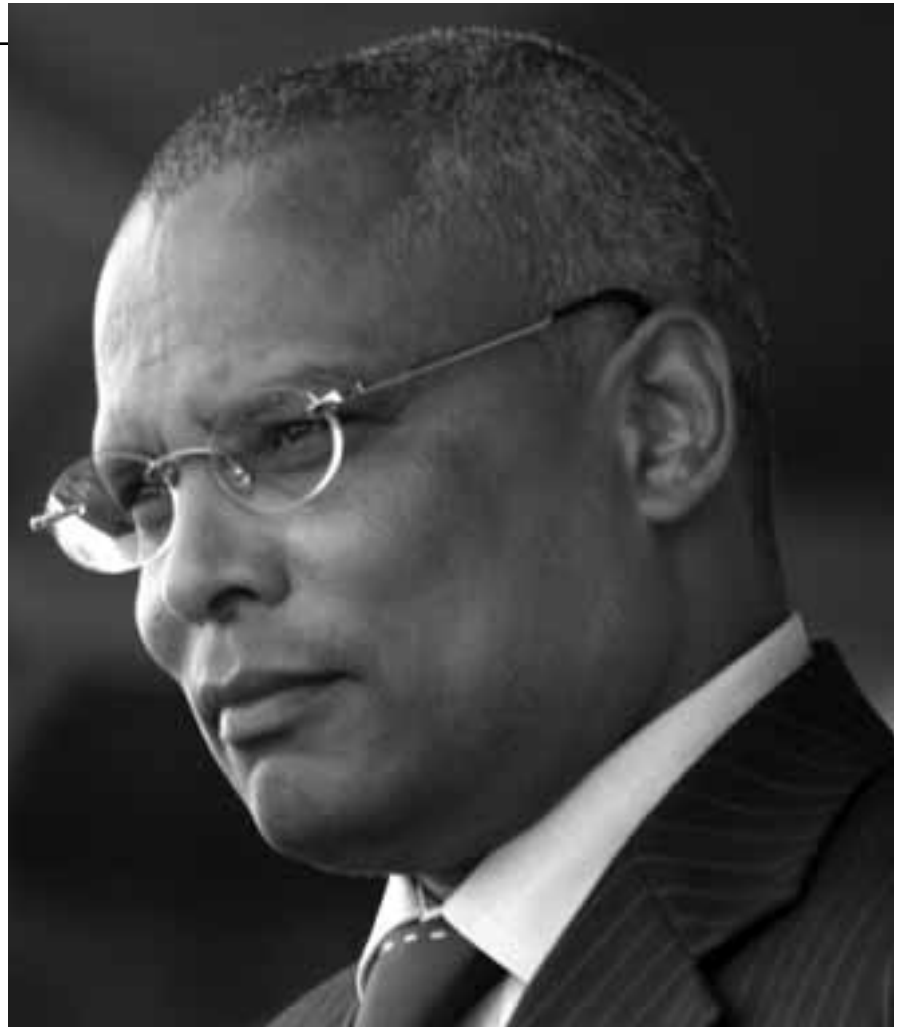
O primeiro-ministro vai visitar os EUA nas duas primeiras semanas de Outubro. Encontros com as autoridades americanas do MCA, responsáveis do Banco Mundial e comunidades cabo-verdianas da região da Nova Inglaterra são os principais pontos da agenda de José Maria Neves nos States. Em Washington o PM vai apresentar, durante uma conferência, a experiência cabo-verdiana a nível do MCA.

José Maria Neves visitará os EUA de 3 a 12 de Outubro, soube **A Semana**. O chefe do governo far-se-á acompanhar pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Vítor Borges, a ministra das Finanças, Cristina Duarte, presidente do NOSI, Jorge Lopes.

O MCA deve ocupar uma boa parte do tempo de JMN durante a sua estada em Washington. É que na capital norte-americana vai-se encontrar com os responsáveis do MCC, para discutir com eles a implementação do referido programa em Cabo Verde. Aliás, de acordo com os dados disponíveis, Cabo Verde é um dos poucos países, para não dizer o único, que conseguiu desbloquear as verbas referentes ao seu envelope financeiro (110 milhões de dólares) ao cumprir as exigências impostas pelo MCA, e tem o seu programa a marchar a todo o vapor no terreno. Daí as autoridades america-

nas convidarem o chefe de governo a apresentar o caso cabo-verdiano – considerado um sucesso pelos responsáveis do MCC –, durante uma conferência na qual estarão representantes dos outros países abrangidos pelo MCA.

Mas mais do que “socializar” o MCA cabo-verdiano, José Maria Neves vai fazer render o capital de confiança de que Cabo Verde parece gozar neste momento a nível do MCC. De acordo com uma fonte, “a ideia é conseguir uma adenda ao actual programa de Cabo Verde, de modo a garantir, desde já, a segunda fase do projecto”. Essa “estratégia” da cidade da Praia visa contornar normas, segundo as quais só depois de cumprida a primeira fase do MCA se poderá avançar para a segunda, num programa cujo prazo é de três anos (2006/08). Para tanto, JMN espera cativar e convencer nesse sentido os vários responsáveis americanos, no-



meadamente congressistas, diplomatas e responsáveis do MCC, além do Peace Corps, organização com que se irá encontrar também em Washington.

Mas não é só em relação ao MCA que a presença de José Maria Neves é solicitada em Washington. Aqui, na sede do Banco Mundial, o primeiro-ministro vai discutir a experiência cabo-verdiana no domínio da governação electrónica, que aquela instituição de Bretton Woods pretende socializar também com outros pequenos países, daí a presença do responsável do NOSI na delegação de JMN aos EUA. Um outro dossier prende-se com a discussão do tipo de apoio que o BM deverá dispensar a Cabo Verde com

a sua graduação a país de desenvolvimento médio.

De Washington, José Maria Neves rumará para Nova Inglaterra, onde estão previstos encontros com as comunidades cabo-verdianas, responsáveis estaduais, autoridades universitárias, liceais, etc. A questão da violência e integração (social e profissional) dos jovens cabo-verdianos deverá, como não podia deixar de ser, dominar parte da agenda do visitante cabo-verdiano. E no capítulo universitário JMN deverá, durante os seus encontros com responsáveis de universidades norte-americanas, mobilizar apoios para a Universidade Pública de Cabo Verde.

## AP MANDA RESCINDIR CONTRATOS

A directora-geral de Administração Pública, Dicla Évora, assegurou a A Semana que a instituição que dirige vai tomar medidas duras, até ao final do ano, e mandar para casa todos os funcionários públicos aposentados que exercem actividade remunerada em instituições do Estado. “Estamos neste momento a ultimar, em conjunto com a Direcção Geral da Contabilidade Pública, a harmonização da nossa Base de dados dos trabalhadores da Função Pública, o que nos vai permitir conhecer as situações irregulares, e tomar um conjunto de medidas. E o nosso próximo passo é identificar, até ao fim deste ano, os aposentados que exercem actividade pública remunerada e tomar uma decisão”.

Uma das medidas previstas é, assim que identificados os funcionários e o serviço onde estão colocados, “comunicar às entidades empregadoras que têm um prazo xis para rescindir os contratos que mantêm com os trabalhadores reformados, sob pena de serem punidas. Esta é a melhor opção, pois não podemos suspender a reforma, porque é este o vínculo válido”, garante Dicla Évora, para quem a DGAP não consegue fiscalizar estes casos porque “a maior parte das pessoas na reforma estão ao serviço de empresas, institutos e câmaras municipais, e nós não temos a relação do pessoal contratado. Mas vamos ter tudo isso na Base de Dados que estamos a ultimar”.

Além dos reformados a trabalhar pelo Estado, a DGAP vai também chamar a atenção dos ministérios para o facto de haver 217 funcionários com idade superior a 65 anos ainda no activo, quando a lei obriga que têm de passar à reforma. “Eles ainda lá estão, sem que os ministérios os mande para casa. E nós estamos a preparar um comunicado – possivelmente a ser aprovado pelo Conselho de Ministros, para ter mais peso – que vai advertir os diferentes Ministérios de que são obrigados, num prazo tal, a aposentar estas pessoas, algumas delas com 90 anos feitos”, revela.

A DGAP pretende igualmente pôr cobro nos próximos tempos aos pedidos de comissão eventual de serviço por tempo superior ao estabelecido pela lei (“24 meses, no máximo, e no entanto, temos funcionários que estão há sete anos em comissão eventual de serviço”). Cidadãos com licença sem vencimento que continuam a receber o seu salário, funcionários das câmaras com categorias inexistentes na lei são outros casos graves que a Direcção Geral de Administração Pública promete um combate sem tréguas nos próximos meses. (ver texto ao lado)

O Estado de Cabo Verde tem, neste momento, dezenas de aposentados que, maugrado a sua condição de pensionistas, trabalham em vários serviços públicos, recebendo assim dois salários mensais, um da reforma e outro do novo emprego. Os casos do ex-comandante-geral da POP, Alberto Barbosa Jr., agora inspector na Aeronáutica Civil, e do ex-juiz do STJ, Eduardo Rodrigues, actual director do Centro Jurídico do governo, são apontados como os mais gritantes. Entretanto, quando postos frente à legalidade desta situação, a interpretação dos juristas não é unânime: uns defendem ser sim ilegal tal prática, mas há quem alegue tratar-se apenas de uma situação anti-ética e amoral do ponto de vista político-administrativo. O certo é que a Direcção Geral de Administração Pública já tem conhecimento do caso e promete tomar medidas até ao final do ano.



POR: HERMÍNIO SILVES

# Estado emprega reformados

Desconhece-se o número exacto de cidadãos que estando na reforma continuam a trabalhar em outras instituições do Estado ou em serviços e institutos afectos a este. Mas acredita-se que grande parte dos 2564 aposentados – representam um gasto mensal de 101 mil contos para a Contabilidade Pública – estarão a exercer funções públicas remuneradas, auferindo dois salários por mês, o dinheiro da sua reforma e o vencimento do seu novo “job”. Se se acrescer a isso as regalias a que têm direito enquanto reformados, como assistência médica gratuita e outros benefícios sociais, facilmente se conclui que se está perante pessoas triplamente beneficiadas pelo sistema. E, segundo A Semana apurou, as empresas, agências e institutos públicos e as câmaras municipais são os serviços que mais absorvem esses reformados, ignorando, neste caso, o seu papel público de, enquanto entidade empregadora, fiscalizar e denunciar funcionários em situação irregular.

Na verdade, os casos de reformados a exercer funções públicas não são de agora, e muito menos é um problema exclusivo deste governo. Mas hoje, mais de 30 anos após a Independência nacional, e longe dos tempos em que Cabo Verde vivia uma crise de quadros aos mais diversos níveis, esta nova classe de privilegiados parece irritar sobremaneira a opinião pública, por causa sobretudo do “exército” cada vez maior de jovens quadros que ingressam as fileiras dos desempregados à espera de uma chance para entrar no mercado de trabalho ou daqueles que aguardam há anos uma promoção na carreira. Aliás, o facto de esta gente reformada estar a ocupar o

lugar dos mais novos é encarado por estes jovens como imoral, anormal, anti-ética, chegando mesmo a ser ilegal, segundo alguns juristas. Este facto foi, a propósito, referido pelo líder da bancada parlamentar do MpD, Ulisses Correia e Silva, no último estado da Nação na Assembleia Nacional, sem, contudo, apontar nomes.

De qualquer forma, este jornal está em condições de avançar que os casos mais criticados apontam para personalidades que exerceram ou exercem cargos de responsabilidade no país. Entre eles está Alberto Barbosa Jr., ex-comandante-geral da POP, que a 19 Julho deste ano, por despacho do secretário de Estado da Administração Pública, com visto do Tribunal de Contas, foi-lhe concedido o pedido de pré-aposentação, com direito a uma pensão anual de mil 514 contos, ou seja, mais de cem contos por mês. Quase o mesmo vencimento que recebe neste momento enquanto inspector da Agência de Aeronáutica Civil, onde foi admitido depois de vencer um concurso público lançado para o efeito.

O seu caso está, aliás, na ordem do dia e sob decisão superior. É que, Nuno Pires, um dos concorrentes àquele posto na AAC, meteu recentemente um recurso no tribunal solicitando a anulação do referido concurso e uma indemnização de mil contos, por entender que se tratou de “um acto inválido, porque eivado do vício de inconstitucionalidade e ilegalidade”. (ver pág. 13) Este processo adquire contornos ainda mais estranhos quando se sabe que o próprio Barbosa Jr. chegou a endereçar uma carta ao Ministério das Finanças, em que reivindica e pede esclarecimentos

quanto à legalidade de a AAC estar a efectuar descontos no seu salário para o fisco, sabendo que ele goza do estatuto de aposentado. Esse pedido, entretanto, aguarda a decisão da nova titular da pasta das Finanças, Cristina Duarte.

Também bicudo é o caso do ex-juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Eduardo Rodrigues, já aposentado e que desde o ano passado exerce as funções de director do Centro Jurídico do Gabinete da Chefia do Governo. Com uma reforma mensal superior a cem contos e um vencimento a roçar essa soma, a suposta incompatibilidade de Rodrigues no cargo foi ‘apanhado’ pela própria Contabilidade Pública, na altura do pagamento do seu salário. Com efeito, asseguram fontes de A Semana, aqueles serviços solicitou um parecer ao Ministério da Administração Pública sobre o assunto, cujo teor se desconhece. Sabe-se apenas que chegou à DGCP uma nota do Centro Jurídico da Chefia do Governo a informar que o cargo de director ocupado por Eduardo Rodrigues é de nível 5, logo, equiparado aos funcionários do quadro especial (titulares de cargos políticos, directores de gabinete, assessores, conselheiros, etc.) que podem legalmente exercer funções públicas, mesmo sendo aposentados.

Entre outros visados, estão o actual director de Gabinete do ministro da Justiça, Mário Ludgero Correia, e o conservador do Registos da Praia, Jorge Pires. Este, depois de se ter reformado como notário, foi contratado pelo Ministério da Justiça para exercer as funções de conservador notário na Conservatória dos Registos da Praia. Já Ludgero Correia, com base num parecer da Junta Médica que lhe declarou incapacidade para continuar a trabalhar, passou este ano à reforma, por invalidez. Mas continua em

## BARBOSA JR. EM CAUSA

O caso de Alberto Barbosa Jr. é o único, neste momento, que poderá conhecer uma decisão judicial nos próximos dias. Nuno Pires, licenciado em Direito e um dos concorrentes ao posto de inspector da Agencia de Aeronáutica Civil, já interpôs um recurso junto do tribunal a solicitar a anulação do concurso, ao mesmo tempo que pede uma indemnização de mil contos à AAC.

Pires contesta a escolha de Barbosa Jr. alegando que o ex-comandante-geral da POP não pode, legalmente, integrar aquela agência do Estado por estar em regime de pré-aposentação. Na queixa, a que A Semana teve acesso, Pires socorre-se, de entre outras leis, aos Estatutos da POP que impedem os seus membros em regime de pré-aposentação de exercer qualquer cargo, já que, para tal, “*declara manter-se disponível para o serviço*”, o que significa que pode ser chamado a qualquer hora para reintegrar a Polícia.

Outrossim, prossegue Pires, “*o referido concurso não foi sequer objecto de regulamentação*”, além de ter havido “*um claro favorecimento de Alberto Barbosa Jr.*”, numa referência ao facto de um dos administradores da AAC, Agnelo Barbosa, ser irmão do ex-comandante geral da POP.

Confrontado por A Semana, Barbosa Jr. diz desconhecer a queixa, pelo que se limitou a dizer que concorreu a um concurso público, que ganhou por mérito próprio. “*Fui classificado e comecei a trabalhar, portanto quem quiser recorrer que o faça, o tribunal decidirá. Sei que assiste aos candidatos esse direito de reclamar, por isso ele tem todo o direito de recorrer*”, diz, tranquilo, aquele inspector da AAC. Ele que garante “*não haver nenhuma ilegalidade*” no facto de estar em situação de pré-aposentado da POP e trabalhar na AAC. “*Se for procurar as leis verá que não há nada de anormal*”, sugere-nos, antes de acrescentar: “*Eu também sou jurista, portanto, não sou tolo para concorrer a um cargo que ponha em causa a minha imagem*”. Questionado sobre o facto de haver juristas com posição contrária, Barbosa Jr. é peremptório: “*Nunca ouviu que onde há dois juristas, há três opiniões?*”.

Também abordado por A Semana, o presidente da AAC, Waldemar Correia, disse não haver quaisquer irregularidades na contratação de Alberto Barbosa Jr. “*Nós seguimos os critérios estabelecidos pelo Regime Jurídico das Relações de Trabalho para os contratos laborais, e nos regemos pelos Estatutos das agências de regulação, ou seja a AAC não se rege pelos Estatutos da Administração Pública Central. Devo dizer ainda que o sr. Alberto Barbosa Jr. está aqui por contrato de três anos, não pertence aos quadros da Agência*”.



# os e dá-lhes dois salários

actividade, como director de gabinete do ministro José Manuel Andrade.

### A (i)legalidade

São vários os aposentados que beneficiaram de uma reforma substancial estipulada pelo Estado de Cabo Verde, e que continuam a trabalhar em instituições públicas, em número que ultrapassa de longe os casos mais polémicos já mencionados nesta reportagem. Observadores vários, abordados por **A Semana**, não se coíbem de classificar esta situação como “*uma imoralidade e falta de ética evidenciados tanto pelo Estado, que de ânimo leve permite e aceita essa perversão do sistema, como dos próprios aposentados, que quer pela sua formação quer pela experiência acumulada em cargos de responsabilidade no Estado de Cabo Verde, deviam ter, no mínimo, noção da insustentabilidade da sua causa*”.

A suposta ilegalidade destes casos é evocada por alguns juristas contactados por este jornal, mas há também entendidos que defendem o contrário. “*Não há ilegalidade nenhuma nestes casos, porque não há lei que aborde esta questão de forma pormenorizada. Isto é, o que se passa é que muitos reformados são integrados noutros organismos do Estado mas com contratos precários de um, dois ou três anos. Ora, é um tempo curto, pelo que não há a permanência no trabalho, isto é, o aposentado não integra o quadro do serviço novo. Porque nesse caso, sim, o reformado estaria impedido de exercer a função por clara incompatibilidade. Portanto, a falha*

*é da própria lei que deveria separar estes casos*”, observa um jurista da praça (preferiu o anonimato), que, ainda assim, considera “*grave o facto de estes reformados serem preferidos em detrimento de muitos jovens quadros de valor que continuam à espera da sua oportunidade neste Cabo Verde de nós todos*”. O culpado disto tudo, segundo este nosso interlocutor, “*é o Tribunal de Contas, que visa o processo de reforma e julga as contas do Estado, mas faz vista grossa*”.

Este argumento é retorquido pelo próprio presidente do Tribunal de Contas. Contactado, José Carlos Delgado garantiu que o TC não tem nada a ver o assunto, “*porque segundo o decreto 46/89 de 26 de Junho esses casos, não estão sujeitos a controlo do Tribunal de Contas*”. Ainda assim, considera ilegal o que se está a passar.

Assim pensam também alguns juristas, para quem a lei é clara: “*Um reformado não pode trabalhar para o Estado. E isso está explícito no artigo 15º, do decreto-lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, referente ao Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, que declara a impossibilidade de um funcionário público exercer cargos em serviços do Estado*”, indica um outro jurista (também preferiu o anonimato), para quem as únicas excepções vão para os cargos de assessoria e de confiança política – como conselheiros, directores de gabinete, que são abrangidos pelo quadro especial – e para os contratos de prestação de serviço ou avençados. “*Por isso, tanto Alberto Barbosa Jr. como Eduardo Rodrigues e*

*Jorge Pires estão ilegalmente nos cargos que ocupam porque não estão abrangidos por esse dispositivo legal, já que exercem funções executivas e de total permanência no serviço*”.

Apenas Mário Ludgero Correia, segundo a nossa fonte, poderia estar à vontade, porque na qualidade de director de gabinete do ministro da Justiça está enquadrado no quadro especial. Mas, Correia tem um factor contra. Na opinião do nosso entrevistado ele “*obteve a reforma por invalidez, o que quer dizer que ele não pode em caso algum exercer funções públicas remuneradas, conforme reza o artigo 1º do decreto-lei nº 41/93 de 12 de Julho*”.

E é neste mesmo diploma que a directora geral da Administração Pública, Diela Évora, se apoia para considerar, também ela, ilegal a actividade pública remunerada por parte de um cidadão aposentado. “*Há apenas duas excepções legais em que um funcionário público na reforma pode trabalhar: se estiver abrangido pelo quadro especial (pessoal do gabinete dos titulares de cargos políticos) ou estar num cargo de natureza electiva; ou se se aposentou estando ele director de algum serviço e for contratado por um período máximo de três meses para passar a pasta*”, esclarece a directora geral da Administração Pública, que reconhece “*alguma incapacidade*” da sua instituição em detectar estes casos, embora anuncie para até ao final do ano medidas duras que passam, por exemplo, por mandar as entidades empregadoras rescindir os contratos que mantêm com os aposentados. (ver texto ao lado)

## Aconteceu

### SEXTA-FEIRA, 22

Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) entrega um conjunto de equipamentos e materiais de pesca à Associação Comunitária da Preguiça, São Nicolau. O donativo, avaliado em cerca de mil e 300 contos, inclui uma rede de cerco e outra de praia, um motor fora de borda, 20 bobines de fio para a reparação de redes, um fardo de rede e três rolos de cabo de 16 milímetros. A ideia é promover o associativismo na comunidade beneficiada e melhorar a qualidade de vida das pessoas abrangidas.

### SÁBADO, 23

Vinte jovens praienses recebem das mãos da ministra-adjunta do primeiro-ministro e da Qualificação e Emprego, Sara Lopes, o diploma do curso de Manutenção e Instalação de Equipamentos Industriais e Hoteleiros, que vinha decorrendo desde Fevereiro no Centro de Formação Profissional de São Jorginho. Assiste à cerimónia o director do Master em Turismo da Universidade de Las Palmas, Canárias, Mariano Chervilla.

### DOMINGO, 24

Em Santo Antão, as festas de Nossa Senhora do Livramento atingem o seu ponto alto com várias actividades. Um grande baile popular com o grupo Eclipse e participação especial de Suzanna Lubrano e Juca encerram a programação. As cerimónias religiosas são presididas pelo Bispo do Mindelo, Dom Arlindo Furtado.

### SEGUNDA-FEIRA, 25

Ministra da Qualificação e Emprego, Sara Lopes, preside à abertura dos cursos de Mecânica Automóvel e Informática Iniciação Profissional Contínua, no Centro de Formação Profissional da Variante, São Domingos. A cerimónia marca o reinício do Centro de Formação Profissional da Variante depois de muitos anos fechado. O centro vai formar profissionais nos ramos de mecânica geral e auto, bate-chapa e pintura, serralharia, electricidade e novas tecnologias.

### TERÇA-FEIRA, 26

É lançado na Praia o negócios.cv, um site através do qual pode-se promover oportunidades de negócios entre empresas, arranjar emprego ou até mesmo comprar um automóvel ou uma casa. A iniciativa é da Empresa Bolsa de Emprego e Intermediação de Negócios Imobiliários, que resolveu apostar nas novas tecnologias de informação para promover uma série de serviços, cujo acesso até agora foi dificultado pela dispersão do arquipélago.

### QUARTA-FEIRA, 27

Governo concede aos municípios 330 mil contos para a elaboração de Planos Municipais para o Ambiente. O financiamento surge através do Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II). A implementação desse programa privilegia a melhoria do sistema de tratamento dos resíduos sólidos, o saneamento, o abastecimento de água e a requalificação urbana.

### QUINTA-FEIRA, 28

Ministro da Justiça, José Manuel Andrade, apresenta o projecto de expansão da Cadeia Central de São Martinho, na Praia. Orçado em 300 mil contos, o projecto visa alargar a capacidade de acolhimento do principal estabelecimento prisional do país para 1.200 reclusos.

O PCD foi dado por extinto num congresso que decorreu no fim-de-semana passado, na Praia, sem a presença de vários dos seus dirigentes e longe dos holofotes da comunicação social. Alguns responsáveis admitem, por isso, a possibilidade de impugnar tal acto. António Maurício Santos, que preside a comissão encarregue de liquidar formalmente o PCD, rebate que foi o congresso possível, anunciado há mais de dois anos.



## PCD: discórdia até na hora da morte

O IV Congresso do Partido da Convergência Democrática aconteceu, na semana passada, na Praia, mas nem os órgãos da comunicação social foram avisados nem tampouco todos os seus dirigentes foram convocados. Com a desorganização e o imprevisto a tomarem conta de uma reunião que os militantes do PCD defendiam que devia ser digna, o congresso da morte dessa força política ficou longe de uma morte digna, como chegou a afirmar o porta-voz do conclave, Daniel Silves Ferreira, à TCV na noite de domingo.

Um caso caricato, apontado pelas nossas fontes, foi a mudança repentina do local da reunião, no mesmo dia da sua realização, do Arquivo Histórico Nacional para o Hotel Trópico. Consta que pouco mais de 15 dirigentes terão comparecido à sessão, e para preencher a lacuna estiveram cerca de 50 batucadeiras de S. Domingos, transportadas para o local para animar a festa. A contrapor a essas bocas dos "opositores" a organização fala na presença de 110 militantes convidados, representando apenas as estruturas dos diferentes municípios de Santiago, quando o PCD era um partido com estruturas e militantes em todo o arquipélago.

O certo é que a magna assembleia decidiu liquidar o PCD, para todos os efeitos jurídicos e legais tidos como necessários. Esta resolução final foi aprovada por 93 votos a favor, quatro contra e três abstenções. É que, segundo fundamentam os participantes, não existem condições objectivas e subjectivas que possam relançar o partido e nem tão-pouco foram apresentadas estratégias claras e credíveis que pudessem assegurar a continuidade do partido laranja.

O congresso criou uma comissão que se irá encarregar de adoptar todas as providências legais para extinguir o PCD, com destaque para a liquidação do seu património, assegurando, na medida do possível, os legítimos interesses de terceiros, nomeadamente a amortização dos mais de 20 mil contos de dívidas, resultantes de empréstimos contraídos junto do BCA e da

Caixa Económica nos períodos da campanha eleitoral. Além de António Maurício Santos, que a preside, a referida comissão integra Óscar Santos, Daniel Silves Ferreira, Luís Cabral Correia, Pedro Gonçalves e José Barbosa.

O facto de o congresso do PCD acontecer nas vésperas da VIII Convenção do MpD, foi, na perspectiva de observadores atentos, mais um expediente utilizado pelo grupo liderado por Eurico Monteiro para se desembaraçar rapidamente do PCD e ainda ir a tempo de aderir ao MpD, cujo novo líder, Jorge Santos, perspectiva integrar alguns deles na lista para os órgãos nacionais de direcção a serem eleitos, este fim-de-semana.

Frente ao desenrolar dos acontecimentos, João de Deus Carvalho e Sá Nogueira, que preferem neste momento algum silêncio em torno desta matéria, apesar de terem comparecido à chamada, abandonaram a sala, em sinal de protesto pela forma como o congresso foi preparado e realizado. Alguns dirigentes não descartam, por isso, a hipótese de impugnarem tal acto. Tudo na perspectiva de rectificar o mal e "dar uma morte digna ao PCD".

Armindo Gomes, membro da DN cessante, confirma que o congresso aconteceu sem a presença dele e dos delegados das estruturas da região Norte do país. Gomes corrobora a ideia segundo a qual o processo de extinção do PCD foi tudo menos digno. "Mas a morte do PCD era previsível e aconteceu o óbvio", remata aquele dirigente, para quem ficará sem qualquer efeito prático uma eventual acção judicial para impugnar o citado acto.

Gomes acredita que o fim do PCD vem reforçar a bipolarização política existente na sociedade cabo-verdiana, uma situação contra a qual o PCD tanto se bateu e que com a sua existência nas esferas do poder autárquico, por exemplo, chegou mesmo a equilibrar as forças, revelando-se uma força charneira na Câmara da Praia, por exemplo, onde garantiu a estabilidade do primeiro mandato de Filú. "A extinção do PCD vem reforçar a bipolarização política existente

na sociedade cabo-verdiana. Os membros desta força poderão agora, se assim entenderem, migrar para o PAICV, o MpD ou a UCID. Os que não se revêem nessas formações, poderão, como independentes, participar de forma cívica na sociedade cabo-verdiana", é o futuro vislumbrado por Armindo Gomes.

Reagindo às críticas, António Maurício Santos, secretário-executivo cessante, explica que foi feito o "congresso possível", convocado há mais de dois anos, portanto muito antes da VIII Convenção do MpD que arranca hoje, 29, na Praia. Santos admite a possibilidade de ter havido algumas falhas, caso de Armindo Gomes que não recebeu o convite, mas garante que foram convocados todos os membros que estavam disponíveis para participar na reunião. "Os quatro dirigentes que foram contra a extinção do PCD, bastava-lhes mobilizar, no decorrer dos trabalhos, um quinto dos 110 delegados presentes no congresso para inviabilizarem tal decisão. Mas não fizeram isso, talvez por falta de capacidade".

Sobre o possível regresso ao MpD do grupo de dissidentes liderado por Eurico Monteiro, Maurício Santos salienta tratar-se de uma desculpa de mau pagador, já que, estando o PCD liquidado, os membros destes são agora livres de militarem onde bem entenderem. É que, conforme a resolução final, "a extinção do partido não representará seguramente a morte política dos apoiantes", os quais "procurarão encontrar as vias mais adequadas para o combate político".

Alguns dos dirigentes da extinta formação perspectivam, no entanto, criar uma "nova força política ao centro", isto em parceria com figuras independentes e quadros do PRD. Mas Armindo Gomes considera improvável que tal tese vingue, já que faltam, neste momento, não só recursos financeiros como um líder forte capaz de aglutinar vontades e de mobilizar sectores significativos da sociedade civil cabo-verdiana.

Alírio Dias de Pina

## PAICV promove Fórum sobre Desenvolvimento do Sal

A bancada do PAICV na Assembleia Municipal do Sal organiza um debate, este sábado, à volta do tema "Sal-Novos Paradigmas para o Século XXI". O objectivo, segundo o seu líder, José Moreno, é reunir os actores políticos e sociais da sociedade salense, e para não só, para discutirem o desenvolvimento da ilha.

Sal tem assistido nos últimos anos a um grande crescimento a nível dos investimentos turísticos, colocando assim novos desafios à sua população. Por isso, o PAICV resolveu promover o Fórum "Sal-Novos Paradigmas para o Século XXI" que se divide em três temas centrais: "Desenvolvimento turístico e gestão do território", "Transportes e Logística - Referencial de competitividade" e por último "Crescimento demográfico e qualidade de vida".

Esta iniciativa surge numa altura em que vêm à baila inúmeras preocupações ligadas ao ordenamento do território e às ZDTI's, que têm no presidente da CMS, Jorge Figueiredo, um dos seus mais activos porta-vozes.

Aliás, Moreno deixa o seu recado à CMS, afirmando que a autarquia não está a adoptar a melhor atitude: "Esta questão merece tratamento adequado, não da forma como a CMS vem fazendo. As partes, municipais, CM, a AM, a sociedade civil, devem interpretar com cuidado e rigor essa problemática", daí a ideia do fórum que, acredita, "será uma grande oportunidade para todos discutirmos desapaixonadamente esse tema que, de facto, é crucial para o desenvolvimento da ilha do Sal". Moreno convida por isso todos os interessados, inclusive Jorge Figueiredo, a participarem deste debate.

"Só ir à Comunicação Social e dizer que o governo faz mal ou a CM faz mal não serve aos salenses e nem ao desenvolvimento do Sal e não serve à política que se quer para o desenvolvimento turístico desta ilha", frisa.

O fórum é também importante para levar ao conhecimento público todas as vertentes do ordenamento do território. "Vamos procurar formas de gerir melhor os recursos e preparar melhor o futuro", afirma José Moreno. Por isso, o Fórum contará com técnicos de várias áreas e instituições, desde técnicos da CI, CMS e outros que, com certeza, ajudarão a conseguir os tão desejados consensos. O Fórum começa às 8h30 na sala de conferências do Hotel Belorizonte, em Santa Maria.

KS

## VIII Convenção Nacional do MpD começa hoje

Ulisses Correia e Silva, actual líder da bancada parlamentar do MpD, encabeça a lista da Direcção Nacional e Mário Silva, tido como um dos homens fortes do recém-eleito presidente Jorge Santos, poderá ficar fora desse órgão. Estas são as últimas novidades relativas à VIII Convenção ventoinha, que arranca a partir das 18h30 de hoje, 29, no Palácio da Assembleia Nacional, na Praia. Um evento que deverá ainda aprovar a moção de estratégia da nova liderança do partido para os próximos tempos e analisar a situação política nacional, com destaque para a governação do PAICV.



# Ulisses Silva encabeça a lista para DN, Mário Silva pode ficar de fora

A magna assembleia dos ventoinhas decorre de hoje a domingo, 1 de Outubro, sob o lema "Um novo MpD para uma nova era". Até ao fecho desta edição, estava já confirmada a chegada, à Praia, de muitos dos 300 delegados provenientes das várias ilhas e da diáspora, bem como do secretário-geral do PSD de Portugal. A presença de representantes de outros partidos amigos membros da IDC convidados estava ainda por ser assegurada. São os casos do PP (Espanha), da Coligação Canárias do PSD de Açores e Madeira e do CDS-PP. Isto para além da Renamo (Moçambique), Unita (Angola), PCD/MDFM (S. Tomé e Príncipe) e duas formações da IDC-África, de Marrocos e Mauritânia.

A abertura dos trabalhos desta VIII Convenção do MpD acontece às 18h30 desta sexta-feira, na Palácio da AN, com um discurso do novo líder eleito, Jorge Santos. A **Semana** apurou que as expectativas giram sobretudo à volta da formação das listas únicas para a DN e o Conselho Nacional da Jurisdição e Fiscalização, que promete uma renovação profunda. "Ulisses Correia e Silva deverá encabeçar a lista para DN, devendo a presidente da CM de São Vicente Isaura Gomes ficar na segunda posição. Por razões que se desconhece, é quase certo que Mário Silva, tido como a 'sombra parda' de JS, ficará fora da lista, de 45 membros efectivos, para a futura DN", garante uma fonte que pediu anonimato.

Contactado por este jornal, Jorge Santos escusou-se a pronunciar-se sobre o assunto. O mesmo aconteceu com Mário Silva, que não quis violar a disciplina partidária. "Não costumo, por razões de princípio, fazer comentários sobre a vida do meu partido através de jornais", despatchou.

A nossa fonte assevera, por outro lado, que os novos órgãos nacionais a saírem da convenção deverão privilegiar os quadros da nova geração e os autarcas saídos das últimas eleições municipais. E, nesse sentido, Amílcar Spencer Lopes, que foi o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros

e presidente da AN, é um dos nomes mais salientes. Onde entram os rapazes recém-saídos do PCD, Eurico Monteiro, sobretudo, é outra incógnita a ser desfeita.

A renovação chegará também ao CNJF e à Mesa da DN. As comunicações dos antigos presidentes do partido é outro ponto do programa a provocar uma certa curiosidade: "O que será que cada um vai dizer?", questionam. Rever os estatutos do partido, analisar a situação política nacional e aprovar a moção de estratégia do novo líder compõem o programa desta VIII Convenção que Jorge Santos insiste que será de mudança.

### Moção e desafios

A Moção de Estratégia de Jorge Santos é um documento de 26 páginas, que está dividido em nove capítulos a saber: introdução, contexto e enquadramento, os grandes desafios para o MpD, agenda estratégica, objectivos da liderança; princípios, perfil e estrutura da liderança; pontos críticos e organizar para agir. Em termos de contextualização, JS salienta que a governação do PAICV nos últimos seis anos tem deixado marcas que se resumem a um crescimento económico menos acelerado, aumento do desemprego, insegurança, corrupção relacionada com negócios de venda das ZDT's, crise energética e partidização da administração pública.

AME do novo presidente fala em causas internas e externas para explicar a derrota do MpD e Carlos Veiga nas eleições legislativas e presidenciais de 2006. Segundo Santos, o modelo organizacional do partido é problemático, principalmente a nível das regiões. "O MpD tem que criar uma cultura organizacional de um partido interclassista como resulta desde a sua fundação, que valoriza o conhecimento, o mérito, o esforço e a dedicação, colocados ao serviço do interesse público e do país e exercidos por intermédio do partido", salienta

O documento elege, com efeito, quatro grandes desafios a vencer: Reforço da coesão interna, aumento do capital de

confiança e mobilização de militantes; Credibilização do partido junto da sociedade; Promoção da excelência, que preconiza o desenvolvimento centrado na pessoa humana; Maior credibilização do MpD junto da comunidade internacional e dos parceiros externos de Cabo Verde. "O MpD deverá desenvolver uma diplomacia partidária efectiva e activa junto da família da IDC. A credibilização externa passa ainda por uma oposição responsável e credível, capaz de projectar o partido como alternativa da governação".

E, para fazer face a tais desafios, a moção inclui uma agenda estratégica de 13 pontos, em que se destaca a ideia chave de transformar o MpD num partido organizado, moderno e promotor de lideranças fortes e dinâmica a nível local, regional, nacional e na diáspora. Estas deverão adoptar um novo estilo de trabalho assente em dez ideias básicas, das quais se destaca uma liderança com sentido de Estado e visão clara dos problemas e soluções para o país e o mundo.

Como pontos críticos da sua moção, JS destaca a problemática da escolha de pessoas certas para organizar e fazer agir o partido perante os desafios acima mencionados, daí o MpD ter que reforçar as funções técnico-políticas. Neste particular, JS preconiza até 31 de Março de 2007, eleições de Comissões Políticas em todos os concelhos do país, promete criar a Associação dos Autarcas do MpD e institucionalizar a convenção anual desta para debater e concertar sobre o desenvolvimento regional. Promover a estrutura do MpD na diáspora, criando sub-regiões políticas a nível dos Estados, Cidades e Distritos, com coordenação autónoma eleita directamente pelos militantes inscritos nessas regiões é outro desafio.

A Moção de Estratégia a ser presente a esta VIII Convenção estabelece como objectivos cimeiros da actual liderança levar o MpD a ganhar as autárquicas de 2008 e as legislativas e presidenciais de 2011 em Cabo Verde.

Alirio Dias de Pina

## Será Notícia

- "Fundos de Investimento" é o tema central de uma conferência a acontecer hoje, 29, na Praia. O colóquio, promovido pelo Banco de Cabo Verde, em comemoração do seu trigésimo primeiro aniversário, conta com a presença de alguns especialistas portugueses que vão animar o debate sobre "Legislação e Regulação dos Fundos de Investimento em Cabo Verde", "Gestão de Fundos de Investimento" e "Gestão de Fundos Imobiliários".
- Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade, Sidónio Monteiro, vai a Portugal, na segunda-feira, 2 de Outubro, participar na conferência mundial sobre a "Protecção Social e Inclusão: convergência de esforços numa perspectiva global". Organizado pelo Bureau Internacional do Trabalho, em conjunto com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e a Comissão Europeia, esta conferência visa promover "um trabalho digno para todos".
- Instituto Nacional de Estatística divulga na próxima terça-feira, 3 de Outubro, os resultados definitivos do segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva. O acto, a ser presidido pelo ministro da Saúde, Basílio Mosso Ramos, serve de pretexto para o INE anunciar a taxa de HIV-Sida em Cabo Verde (0,5 por cento) e a sua distribuição pelo arquipélago.
- Banco Mundial vai financiar um programa de educação e combate à sida nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Os preparativos finais deste programa, o montante a aplicar bem como as estratégias a seguir serão decididos numa reunião internacional que acontecerá na cidade da Praia, em Setembro.
- A ilha do Sal será palco nos dias 18 a 20 de Outubro o II EITU - Encontro Internacional de Turismo da União Nacional de Operadores Turísticos de Cabo Verde (UNOTUR). "Sustentabilidade, parcerias público-privadas, consolidação institucional: o segredo do desenvolvimento turístico" é o tema eleito pela UNOTUR para este II EITU. O encontro terá sete painéis, integrados por um elenco diversificado de oradores, comentadores e moderadores cujas intervenções serão objecto de publicação. O objectivo é "disponibilizar às autoridades, aos investidores, e a todos quantos se interessam por esta indústria em Cabo Verde, uma oportunidade de investigação que conduza ao desenvolvimento sustentado do turismo no país".
- JPAI comemora este domingo, 30, o seu 110.º aniversário. A festa, que está recheada de actividades culturais, desportivas e recreativas, terá lugar em Porto Mosquito, concelho da Ribeira Grande de Santiago.



## Paludismo sob olhar de um especialista

Chega hoje, 29, das à cidade da Praia o professor Doutor Anastácio Queirós Sousa, especialista em paludismo. Queirós Sousa, que durante oito anos foi secretário de Estado do Ceará, é um importante especialista brasileiro na área da infectologia e vem ao nosso país ver como pode ajudar o sistema de saúde cabo-verdiano a manter uma política corrente nesse campo.

Anastácio Queirós Sousa vai estar em Cabo Verde durante uma semana. Oportunidade para encontrar-se com autoridades nacionais, particularmente do sector da Saúde, e para animar uma Jornada Médica no Hospital Agostinho Neto subordinada ao tema "Paludismo e Saúde Pública".

O especialista brasileiro faz questão de, durante a sua estada na Praia, visitar os bairros mais sensíveis e falar com representantes das associações comunitárias. Ao que tudo indica, uma forma de conhecer a realidade da capital, ainda sob os efeitos da chuva, e ainda sob a ameaça do paludismo. Quem sabe não saia dessas visitas uma proposta de cerco a essa doença que também é endémica em certas regiões do Brasil.

Além de especialista em paludismo, Queirós Sousa tem uma larga experiência na administração do sector da saúde, já que foi secretário de Estado da Saúde do Ceará durante oito anos. É, actualmente, professor de Medicina numa universidade do Ceará e médico da Fundação de Saúde desse estado brasileiro.



Prioridade é tornar estradas transitórias

# Estradas reparadas

As estradas do país já começaram a ser reparadas depois dos estragos provocados pela chuva. É o projecto-piloto de Gestão e Manutenção das redes viárias do país, anunciado por **A Semana**, em Junho deste ano, que, embora com algum atraso, vai fazendo obras nas estradas afectadas pela chuva, numa época caracterizada por desabamentos de terras.

Com a chuva a cair em algumas ilhas desde o início de Agosto, várias estradas da ilha de Santiago ficaram cobertas de terra e pedras, que atrapalharam o trânsito e punham mesmo em perigo a segurança em vários desses troços. Todavia, mesmo as obras de remoção esperaram semanas para acontecer. Um dos pontos considerados mais críticos é a via que liga Órgãos a Picos, onde em algumas partes a estrada ficou quase intransitável, obrigando os motoristas a fazer manobras perigosas para driblar os obstáculos que encontram pela frente. A situação era ainda mais crítica por se saber que, diariamente, passam no local centenas de carros, fazendo a ligação Praia-interior de Santiago.

Mas os trabalhos de remoção e reparação desses troços, que deveriam ser garantidos imediatamente, a julgar pelo contrato assinado entre o Instituto das Estradas e as empresas privadas Semico, Empil, Engeobra e Armando Cunha, tardaram.

Depois de vários protestos, a Engeobra e a Semico, começaram, finalmente, nos finais de Agosto, a remover pedras soltas, varrer as terras e tapar os buracos. Já estão no terreno mais de uma centena de trabalhadores para identificar os troços mais afectados e fazer a correcção dos danos. Essas pessoas garantem a limpeza das estradas e bermas e algumas correcções das valetas danificadas pelas cheias.

De acordo com o director da Semico, Adriano Borges, a prioridade agora é reparar as estradas tornando-as transitáveis. A construção de muros de protecção e os trabalhos de alvenaria terão o seu início dentro em breve, quando passar o período das chuvas. "O chão está molhado ainda e não temos pedras suficientes", referiu, acrescentando: "Depois de efectuar esses trabalhos passaremos para a fase de manutenção e gestão de estradas".

A Semico é responsável por algumas estradas do Fogo, pela via que dá acesso à Ribeira da Barca e pela estrada que liga Chão Bom a Ribeira das Pratas, enquanto a Engeobra cuida do anel rodoviário de Santiago, excepto Praia/São Domingos, que ainda está em construção.

Quanto aos outros três lotes, um em Santiago e dois na ilha de Santo Antão, vão ter de esperar um pouco mais, segundo o

presidente do Instituto de Estradas, Luís Silva. "A consignação desses três lotes está prevista para breve", afirma Silva, justificando que os atrasos verificados no processo se devem ao facto de que "para iniciar as obras não tínhamos o competente visto do Tribunal de Contas, que esteve de férias". Por outro lado, esses lotes tiveram que passar por um novo concurso, porque as propostas eram muito elevadas. "Em um dos lotes não se apresentou nenhuma proposta. Tivemos que abranger o concurso para empresas estrangeiras", acrescenta.

A gestão e manutenção de estradas está inserida no projecto de apoio ao sector rodoviário (RSSP), fruto de uma parceria entre o governo cabo-verdiano e o Banco Mundial. O projecto é financiado pelo Fundo de Manutenção Rodoviário (FMR) que disponibiliza um montante de 300 mil contos durante os cinco anos de contrato.

O projecto só contempla nesta fase inicial as ilhas do Fogo, Santiago e Santo Antão, que "além de serem montanhosas, apresentam as mais longas extensões de rede viária do país". Quanto às outras ilhas, garante Silva, "vamos fazer pequenos contratos de manutenção de estradas, atacando principalmente as estradas nacionais consideradas mais críticas". E este trabalho vai ser financiado pelo Orçamento do Estado.

Silvia Frederico

asemana Sexta-feira, 29 de Setembro de 2006

Correio das ilhas

## PN PROMOVE POLICIAIS DA GUARDA FISCAL

# Vagas bloqueiam novas promoções



A promoção de dezassete efectivos da Guarda Fiscal, na passada semana, apanhou parte da corporação de surpresa e desencadeou críticas em relação à escolha feita pela Polícia Nacional e que só contemplou os quadros mais antigos. Agentes contactados em S. Vicente garantem que souberam da cerimónia pela imprensa e relembram à PN que outros policiais estão na fila a aguardar, também, a sua qualificação profissional.

Segundo uma das fontes, vários agentes de 2ª Classe esperam há mais de três anos a sua promoção. "Os Estatutos dizem que devemos ser promovidos de três em três anos. Ora, estamos neste posto desde o ano 2000. Quando será a nossa vez?", questiona um elemento da Guarda Fiscal, que foi prontamente auxiliado nessa chamada de atenção por um subchefe transferido para Mindelo: o mesmo tem a sua ascensão na carreira congelada "diasá". Para o este subchefe, a PN tem de encontrar mecanismos que lhe permitam ultrapassar impasses na carreira dos membros da corporação, sob pena de criar um clima de mal-estar nada

benéfico para uma instituição que se quer unida e motivada.

A promoção dos agentes de 2ª Classe parece ser uma batata-quente nas mãos da Polícia Nacional. O problema, como reconhece a cúpula da PN, tem a ver com a inexistência de vagas na categoria a seguir, ou seja, a 1ª Classe. Segundo apurou este semanário, existe um total de 82 agentes de 2ª Classe que ultrapassaram, em dobro, o tempo limite mínimo exigido para a promoção. A progressão na carreira desse grupo encontra-se, no entanto, estancada por indisponibilidade de lugares na categoria seguinte. Além do mais, são apenas 50 as vagas existentes para agentes de 1ª Classe e estão, neste momento, totalmente preenchidas.

No tocante aos segundos-subchefes, os 26 policiais desta classe já atingiram também o tempo mínimo exigido pelos Estatutos da Guarda-Fiscal, aprovados recentemente. Desse número, a PN conseguiu autorização superior para promover apenas dez deles para o nível de primeiro subchefe, consoante o número de vagas disponíveis.

A proposta da PN, segundo Carlos

Graça, contemplou os dez elementos mais antigos na categoria. "O impacto orçamental dessa progressão é considerado mínimo", acrescenta o director da Polícia Nacional, adiantando ainda que a promoção de seis chefes de Brigada ao posto de sub-inspector respeitou a disponibilidade de lugares e não vai representar despesas suplementares.

Segundo Graça, a promoção é um elemento motivador, mas exige disponibilidade de vagas. Como enfatiza, a Guarda Fiscal, apesar de ser uma instituição antiga, só "muito recentemente" foi dotada de um Estatuto próprio, que permite a evolução dos quadros na carreira.

"Durante muito tempo, a inexistência de um Estatuto condicionou a progressão e cerceou a possibilidade de fixação do quadro de pessoal e o seu respectivo preenchimento", elucida Graça, que defende a alteração do quadro de pessoal da Guarda Fiscal aprovado por lei pois, na sua perspectiva, o mesmo além de estar desfasado das necessidades do serviço, tão-pouco se ajusta às perspectivas de carreira inscritas no Estatuto.

KzB

# Praia tem mais um Hotel

As linhas são mínimas, simples, e o espaço amplo. É assim o Hotel Pérola, situado em Chã de Areia, em frente à Praia da Gamboa e que ontem foi inaugurado pelo primeiro-ministro, José Maria Neves.

Procurando cativar os homens de negócios, a nova unidade hoteleira aposta nas novas tecnologias fornecendo ligação à Internet em todos os quartos e áreas públicas, assim como cabo para a ligação de fax e telefone directo. Tem ainda um satélite receptor próprio.

Reabilitado a partir de uma antiga moradia, o hotel Pérola aposta na personalização dos seus quartos. Cada um tem um detalhe próprio, que surgiu por acaso, durante a remodelação de um edifício construído de raiz para albergar uma família. Há, por exemplo, um quarto que tem à cabeceira um candeeiro de pé, enquanto em todos os outros o candeeiro é de parede. Pormenores que fazem a diferença e que dão mais graça a este estabelecimento, como nos



explicou o arquitecto e proprietário Luis Filipe Lopes da Silva, que, com o engenheiro informático Luís Alberto Jassy, formam esta sociedade. O investimento dos dois empresários ronda os 115 mil contos e o BCA foi o parceiro financeiro.

O Hotel Pérola tem 20 quartos e três suites juniores, uma das quais com banheira de hidromassagem. As varandas viradas para a extensa praia da Gamboa constituem um atractivo especial – são bastante amplas e têm vista do que é uma das mais características da

cidade da Praia. Mas, por estar próximo do mar, o hotel sofreu algumas intervenções especiais. “Usámos materiais tipo pastilha-cerâmica para o chão e paredes e inox, materiais mais caros, mas que não se corroem com a maresia”, explicou Lopes da Silva. Poupar água e energia também é uma preocupação desta nova pérola que nasce à beira-mar – o ar condicionado tem um sistema de poupança, os autoclismos estão equipados com uma descarga “ecológica” e o estabelecimento dispõe de painel solar.

Todos os quartos oferecem frigo-bar, TV, ar condicionado e cofre. É providenciado serviço de lavandaria e há estacionamento privativo para oito viaturas.

O primeiro-ministro deu ontem as boas vindas a este hotel integralmente realizado por privados nacionais e que agora surge na capital do país, onde a falta de hotéis de qualidade há muito briga com as necessidades deste centro político e de negócios do país.

## Segurança privada chega à Boa Vista

Já está a funcionar a primeira empresa privada de segurança da ilha da Boa Vista, a Alerta Lda. Uma iniciativa nacional, a empresa pretende também oferecer os seus serviços nas áreas de limpeza e desinfecção de escritórios, empresas e residências.

De acordo com os donos da Alerta Lda., a intenção de instalar a empresa na Boa Vista deve-se ao facto de ser uma ilha em franco crescimento e onde o turismo é uma aposta forte, pelo que a segurança é uma necessidade cada vez maior. Neste momento, os escritórios da companhia já funcionam e está aberto o processo de recrutamento de vigias e outros funcionários. A segurança electrónica é outra modalidade que a Alerta Lda. pretende oferecer num futuro próximo.

“Já temos algumas propostas de empresas às quais entregamos os orçamentos. Agora, aguardamos apenas o feedback das mesmas para arrancarmos com as nossas actividades”, conta um dos sócios, Júlio Rendall. Os escritórios da Alerta Lda. funcionam no edifício da BV Consultadoria e Serviços, na vila de Sal-Rei.

## Enacol promove curso técnico de gás

Decorre na ilha do Sal um curso de técnico polivalente de gás promovido pela Enacol. O referido curso tem a duração de seis semanas e está a ser ministrado por formadores do Instituto Tecnológico do Gás de Portugal.

Proporcionar aos técnicos uma ferramenta teórica e prática no domínio industrial, bem como possibilitar a sua integração num mercado de trabalho com escassez de quadros especializados nesta área da formação justificam esta iniciativa da Enacol.

Esta formação, que já foi realizada no Mindelo, vai ser alargada às outras ilhas depois de concluída na ilha do Sal, que assim passará a ter técnicos que constituirão mão-de-obra especializada nesta que é uma área essencialmente técnica.

# TecniciL arranca Vila Verde



A TecniciL lança, nesta sexta-feira à tarde, a primeira pedra do futuro complexo turístico-imobiliário Vila Verde, um investimento avaliado em 160 milhões de euros e que deverá ocupar uma área de 45 hectares na entrada da vila de Santa Maria, no Sal. Este projecto que pretende revolucionar o mercado turístico imobiliário no país, inspirado nas pequenas vilas de outrora e que terá como cartaz, além da beleza das infra-estruturas, amplos espaços verdes. A cerimónia que vai assinalar o arranque das obras é presidida pelo Chefe de Estado, Pedro Pires, e conta com a presença de altos representantes do Governo, além, claro, do autarca local, Jorge Figueiredo. Às 19h acontece a assinatura de um protocolo entre a TecniciL e o Banco Espírito Santo, entidade financiadora.

O complexo, cujas obras devem terminar daqui a quatro anos, irá disponibilizar, segundo os responsáveis, um “conjunto diversificado de produtos” – vivendas T3 e T4, vivendas em banda, townhouses e apartamentos T1, T2 e T3, além de uma componente hoteleira com cerca de quatro mil quartos. Vila Verde será, como disse na altura da apresentação do projecto, em Março deste ano, o arquitecto Nuno Leónidas, uma

cidade dentro de uma cidade. Com capacidade para receber cerca de quatro mil moradores, com total auto-sustentabilidade, desde uma rede de produção e distribuição de água, tratamento de esgotos e outros bens necessários.

A arquitectura irá reproduzir uma vila colonial inspirada na arquitectura portuguesa, brasileira e cabo-verdiana. Como nas vilas coloniais, em Vila Verde as pessoas têm prioridade em relação aos automóveis, daí as vias pedonais substituírem as estradas que estarão presentes em apenas uma pequena parte da infra-estrutura. Haverá também várias praças que se pretende serem centros de encontro e convívio entre os moradores. Por isso não faltarão actividades culturais, música, festa e gastronomia.

Outro grande investimento imobiliário-turístico cujas obras devem arrancar daqui a duas semanas é a Paradise Beach, uma parceria entre o empresário nacional Jorge Spencer Lima e um grupo de empresários irlandeses, a ser construída na região de Ponta Preta e Calheta Funda. Os sócios irlandeses de Lima já estão em Cabo Verde, e estudam a possibilidade de implementar outros projectos no arquipélago.

KS



## BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
Oficiais		
31-05-1999	Redesconto	8.50
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.50
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.00
22-09-2006	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
26-09-2006	Taxa Base Anual 2)	2.98
Títulos da Dívida Pública		
26-09-2006	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	3.06
05-09-2006	Obrigações de Tesouro - 4 anos	5.25

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 28-09-2006				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	77.861	78.002
SUICA	CHF	100	6,983.026	6,995.802
DINAMARCA	DKK	100	1,476.917	1,479.606
EUROPA	EUR	1	110.265	110.265
INGLATERRA	GBP	1	164.546	164.849
JAPAO	JPY	100	74.526	74.653
NORUEGA	NOK	100	1,324.992	1,327.682
SUECIA	SEK	100	1,185.557	1,188.414
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	86.756	86.958
SENEGAL	XOF	100	16.810	16.810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11.202	11.404

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI.

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes.

O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.



## Homicídio no Palmarejo envolto em dúvidas

Há várias nuvens a adensar o mistério em torno do assassinato de José António Silva Semedo, no Palmarejo, na passada quinta-feira, 21. Entre os comentários murmuram-se suspeitas de que “rabo-de-saia” como a causa da morte. Contudo, no depoimento recolhido pela Polícia da Ordem Pública (POP), o autor dos disparos alega um desentendimento de longa data para atirar contra José António.

O crime aconteceu por volta das 20h30 da noite de quinta-feira. Conforme a Polícia, a vítima foi atingida na coxa direita por um tiro de caçadeira de dois canos e dois gatilhos. A bala, que atravessou o telemóvel da vítima, foi atingi-lo na parte inferior do corpo e danificando alguns órgãos, inclusive os genitais. José Semedo, de 39 anos, foi socorrido e levado imediatamente para o Hospital Agostinho Neto, mas acabou por falecer, eram cerca das 11h da manhã seguinte.

De acordo com a Polícia, o autor dos disparos, José Jorge Sanches, ex-tesoureiro da Câmara Municipal do Tarrafal, apresentou-se, logo de seguida, na esquadra do Palmarejo,

tudo ensanguentado, afirmando que tinha acabado de matar um homem. Conforme a nossa fonte, Jorginho, como é conhecido, disse que ele e José António se desentenderam e que quando se apercebeu já tinha disparado contra o seu rival. Aliás, o acusado afirmou ainda que os dois “*não se entendiam desde os tempos de infância*”. São ambos do Tarrafal.

Porém, entre os comentários ouve-se outras hipóteses que explicariam o crime, nomeadamente mulheres. A vítima “*provavelmente tinha um caso com a mulher de Jorginho*”, diz um curioso, referindo-se à proximidade do local do tiro com os órgãos genitais como uma pontaria intencional. “*Caso contrário, disparava, mas noutra lugar*”.

Uma vizinha de Jorge Sanches, que também quis manter-se no anonimato, afirma que José António Semedo, que residia na Achada São Filipe, frequentava o edifício onde morava o acusado, por ter ali uma namorada, originária de Assomada e estudante da Universidade Jean Piaget. A moça ocupava o apartamento logo acima do de Jorginho.

Esta fonte acrescenta que, depois

do acontecido, a mulher de Sanches disse-lhe que os dois homens não se entendiam e que o marido não queria que Semedo frequentasse o prédio: “*Daí a briga*”. Testemunhas oculares afixam que depois de ter dado o tiro fatal Jorginho não parava de repetir “*n’fal pe ka bem lí*”.

“*Acredito que essa briga não é de hoje, porque ele era um vizinho calmo e muito bem educado. Era estudante do ISE e tinha muitos planos para o futuro. Algum conflito muito forte o levou a fazer isso. Ele parece ser uma boa pessoa*”, diz esta vizinha do acusado.

Uma outra fonte, muito chegada a um parente da vítima, fala numa história antiga de acerto de contas. “*No passado, o pai da vítima já tinha atirado no pai de Jorginho, levando-o a perder uma perna*”, recorda. “*Não é de hoje que ‘se estranham’ sempre que se cruzavam*”.

O caso está agora entregue à Justiça. Jorginho, que foi apresentado no sábado passado ao Tribunal da Comarca da Praia, está agora preso na Cadeia Civil de São Martinho, à espera de julgamento. SF

## Assistente de bordo foge da Cadeia de S. Martinho

O assistente de bordo da transportadora aérea cabo-verdiana (TACV), detido pela PJ, desde os primeiros dias de Agosto, no Aeroporto da Praia, ao transportar dois quilos de cocaína, encontra-se foragido da Cadeia de São Martinho, desde quarta-feira, 27. Carlos Navy Correia, o Caló, terá escapulado do Hospital Agostinho Neto ou a caminho do hospital, para onde tinha sido transportado para tratar uma alegada indisposição.

As autoridades policiais encontram-se em estado de alerta, à procura do jovem assistente de bordo da TACV, que há um mês foi surpreendido pela PJ com dois quilos de cocaína pura. Carlos Navy Correia, de 27 anos, saiu da Cadeia Civil de São Martinho, para ser observado no HAN, pois queixava-se de indisposição súbita.

A **Semana** tentou saber, junto da Cadeia Civil e do HAN, de que doença se tratava, mas ninguém quis esclarecer. Não se sabe, também, se Caló chegou a dar entrada no HAN ou se fugiu entretanto, a caminho do hospital. É do conhecimento deste semanário que a fuga aconteceu quando o preso estava sendo escoltado por guardas carcerários, que, talvez estranhamente, não conseguiram impedi-la, situação ainda por esclarecer.

Tudo indica que Caló encenou a doença e que mais pessoas o terão ajudado na fuga. Também não se sabe como é que ele fugiu e que meio de transporte usou. Fontes avulsas garantem que ele está fora do país, e apontam que terá utilizado a via marítima, quanto mais não seja porque de avião corria sérios riscos de ser reconhecido pelos seus ex-colegas de profissão.

Até ao fecho desta edição a Polícia Judiciária ainda não tinha sido oficialmente informada da fuga. Mas, mesmo assim, segundo uma fonte da PJ, uma equipa já está a bater terreno buscando o foragido, além de investigar o provável envolvimento de outras pessoas no caso.

Segundo informações recolhidas por este semanário, a Polícia Nacional recebeu uma nota com a fotografia de Caló, e depressa accionou todos os seus agentes, dos serviços fronteiriços e Polícia Marítima, sobretudo, para ficarem em estado de alerta, caso “*ele tente sair do país*”.

O assistente de bordo foi detido, pela PJ, em flagrante delito, com dois quilos de cocaína e retirado de dentro do Boeing da transportadora aérea cabo-verdiana quando seguia, em serviço, para Amsterdão, Holanda. O caso aconteceu há cerca de um mês, comprometendo, uma vez mais, a imagem da TACV, já demasiado desgastada com escândalos que conectam os seus funcionários com o tráfico de drogas e o crime organizado.

Caló, que trabalhava na TACV há cerca de quatro anos, tem 26 anos e residia na Achada Santo António, Praia.

## Viatura proibida de circular no Fogo

Um veículo do modelo 88, com a identificação CV ONU PNUD - 71, de marca Land Rover, está proibido de circular nas rodovias da ilha do Fogo. A viatura foi adquirida há mais de um ano em hasta pública promovida pela Delegação do Ministério da Agricultura de S. Filipe. Tudo por causa do impasse no seu registo, devido sobretudo à morosidade da Direcção Geral do Património do Estado em fornecer os documentos necessários para tal. O dono promete, por isso, levar o Estado ao tribunal.

A decisão de proibir a circulação do referido veículo na ilha do vulcão foi tomada, no passado mês de Maio, pela Repartição das Alfândegas de São Filipe. Esta alega que, além de a viatura continuar no nome

do anterior dono - PNUD -, o seu actual proprietário, João Alves, terá que fazer o despacho alfandegário do mesmo.

Alves conta que adquiriu o veículo através de uma hasta pública promovida, em Fevereiro do ano de 2005, pela Delegação do Ministério da Agricultura em S. Filipe, por 130.631 escudos. E se persistir o impasse no registo desse Land Rover ameaça levar o Estado ao Tribunal.

Abordado por este jornal, o Director Geral do Património do Estado mandou informar, através da sua secretária Maria da Luz, que o problema relacionado coma a legalização da mencionada viatura está a ser resolvido.



NMC